

MARCELO HENRIQUE

O TRIPÉ REDENTOR



EdECK

Marcelo Henrique

**O tripé redentor:
em busca da identidade do Espiritismo**

EdECK

Editora do ECK

Espiritismo COM Kardec

2022

Primeira Edição

Dezembro de 2022

Capa: Arte ECK

Foto: Uriel Soberanes – Unsplash

Revisão: Antonio Carlos Amorim e equipe

Formatações pdf e epub: Manoel Fernandes Neto

Conselho editorial EdECK: Antônio Carlos Amorim, Celia Aldegalega, Claudia Jerônimo, Júlia Schultz, Leopoldina Xavier, Manoel Fernandes Neto, Marcelo Henrique, Marcus Vinícius de Azevedo Braga, Nelson Esteves dos Santos.

ECK

Espiritismo COM Kardec

www.comkardec.net.br

Catálogo da Publicação

HENRIQUE, Marcelo; 1969

HENRIQUE, Marcelo. O tripé redentor: em busca da identidade do Espiritismo. Florianópolis: EdECK, 2022.

1. Espiritismo – I. Henrique, Marcelo – II. Título

CDD – 133.9

SUMÁRIO

[O AUTOR: MARCELO HENRIQUE](#)

[ESPIRITISMO COM KARDEC \(ECK\)](#)

[APRESENTAÇÃO](#)

[RESUMO](#)

[INTRODUÇÃO](#)

[ANTECEDENTES](#)

[OS ÚLTIMOS ANOS NO BRASIL](#)

[O LAICISMO](#)

[A DEMOCRACIA](#)

[O PRESENTE E O FUTURO QUE VIRÁ](#)

O AUTOR: MARCELO HENRIQUE

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993), e em Administração Pública (2021), pela Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC). Especialista em Administração Pública e Auditoria, pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (1994). Mestre em Ciência Jurídica, pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali (2002). Está cursando Doutorado em Administração, na Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC).

É Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina, tendo ingressado por concurso público (1989 e 1998). Iniciou sua carreira no magistério, em 1989, nos ensinos fundamental e médio. Foi Professor Universitário de Graduação na Universidade do Vale do Itajaí – Univali, da Faculdade Estácio de Sá e da Faculdade Anhanguera. Atuou como Professor de Pós-Graduação na Universidade do Vale do Itajaí – Univali , no Centro de Educação Federal Tecnológica - CEFET/SC (atualmente IFSC) e no Instituto de Consultoria Educacional e Pós-Graduação (ICEP-SC). É perito ambiental e consultor em Políticas Públicas. É advogado atuante, nas áreas de Direito Civil e Processual Civil, Trabalhista, Administrativo, Empresarial e Tributário, na região da Grande Florianópolis (SC). Foi dirigente sindical, presidindo sindicato e federação nacional de servidores, e vice-presidente da Confederação dos Servidores das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (CONACATE) e Diretor da Central Sindical dos Servidores Públicos das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (PÚBLICA).

Jornalista, atuou em rádio e mídia impressa e eletrônica.

Espírita desde 1981, foi vice-presidente da Sociedade Espírita de Assistência e Promoção Social Tereza de Jesus e presidente do Centro Cultural Espírita Herculano Pires. Foi diretor de uniões regionais espíritas e membro da diretoria da Federação Espírita Catarinense. Em sua última vinculação federativa, foi assistente da Vice-Presidência de

Cultura e Ciência Espírita. Foi Secretário Executivo da Associação Brasileira de Divulgadores do Espiritismo (Abrade). É coordenador-geral do Grupo “Espiritismo COM Kardec”.

Escritor, tem quatro obras publicadas sobre Direito e sobre Espiritismo.

ESPIRITISMO COM KARDEC (ECK)

O Grupo “**Espiritismo COM Kardec – ECK**” foi fundado em 11 de abril de 2017, inicialmente como um grupo na rede social Facebook. A partir da adesão de diversos espíritas do Brasil e outros países da Europa, foi idealizado o **Projeto COM Kardec**.

O Projeto consiste na ênfase do estudo e da divulgação do Espiritismo a partir da teoria originária de Allan Kardec (1804-1869), professor francês que instituiu a Doutrina dos Espíritos, a partir de 1857, com a publicação da primeira de suas trinta e duas obras, “O livro dos Espíritos”.

O ECK é administrado de forma colegiada (Conselho de Gestão), para a gestão das atividades diárias e os projetos específicos, assim como a moderação do grupo no Facebook. Atualmente são 23 membros, do Brasil (19), Portugal (3) e Espanha (1). Os participantes brasileiros estão distribuídos nos seguintes Estados: MG, PE, RJ, RS, SC e SP.

Possui um portal na web (www.comkardec.net.br), para a divulgação de textos, artigos e estudos espíritas.

Edita mensalmente a Revista Espírita Eletrônica Harmonia, que pode ser acessada em seu portal, desde a primeira edição.

No Facebook, possui aproximadamente 13,4 mil membros, com a publicação de textos que suscitam discussões e estudos, diariamente, sempre regidos pelos princípios da fidelidade aos princípios fundamentais espíritas, ao livre-pensar, ao respeito e ao entendimento entre os participantes.

Realizou, em 2019 e 2020, presencialmente, na cidade de São Paulo (SP), dois Fóruns do Livre Pensar Espírita (LiPE). E dois Fóruns Virtuais (2021 e 2022), assim como uma semana de Lives, no aniversário de Kardec (2021).

O ECK possui as seguintes FanPages institucionais: “Espiritismo COM Kardec” e “Espiritismo COM Kardec – ECK”. Administra, ainda, as seguintes FanPages temáticas: Comunicação Social Espírita,

Rede Espírita contra a LGBTfobia, Estudos Espíritas, Kardec – Obras Fundamentais, Kardec.Da.Real, Espiritismo Descomplicado, Grupo Espíritas Progressistas, KardecianoBrasil.

E dois projetos específicos, um de humor (Kardec.Da.Real) e outro de respeito à diversidade sexual (Rede Espírita contra a LGBTfobia).

Realiza, quinzenalmente, lives sobre temáticas de “Espiritismo & Atualidade”, com transmissão simultânea no Facebook (no grupo ECK) e em três canais do YouTube (ECK, EspiritismoCast e RedeEspaçoEspírita).

Possui um canal no YouTube, para veiculação da gravação das lives e palestras dos membros do ECK e de livres pensadores espíritas.

Está presente nas seguintes plataformas de redes sociais: WhatsApp, Instagram, YouTube, TikTok, Twitter. Prevê a expansão futura para o LinkedIn e o Pinterest, alcançando as sete redes sociais mais populares no Brasil.

Também possui canais em plataformas de áudio: GOOGLE PODCASTS, SPOTIFY, APPLE PODCASTS e DEEZER PODCASTS.

As **Áreas Temáticas de Atuação** do ECK, são: Livre Pensamento Espírita, Espiritismo Laico, Filosofia Espírita, Ciência Espírita, Multidisciplinaridade, Política Social Espírita, Parcerias com Entidades Espíritas e Não-Espíritas, Espiritismo Progressivo.

APRESENTAÇÃO

Em defesa do espiritismo contemporâneo

Marcelo Henrique é um visionário. O conheci há mais de 15 anos. Desde sempre, falava com desenvoltura sobre a importância do laicismo no estudo da doutrina espírita, como se anteviesse o que viveríamos hoje, com o movimento espírita adotado nas casas espíritas e pelas federativas cada vez mais religioso, deixando em segundo plano seu tríplice aspecto.

Desde meu encontro com a doutrina, em 2002, falar em espiritismo laico era assunto proibido no MEB. Presenciei bocas pequenas, nervosas, a balbuciar sobre as “atitudes laicas” da então Confederação Espírita Pan-Americana (CEPA), considerada pejorativamente uma força “obsessora” a ser evitada por todos.

Em 2011, entrevistei Marcelo Henrique para algumas revistas e blogs que escrevia. A reportagem, intitulada “O Hacker espírita - Postura não-religiosa é o progresso do espiritismo, diz estudioso espírita”, Marcelo trazia a importância da busca de conhecimento por meio de debates constantes dentro do espiritismo, além de posições sobre diversos temas polêmicos dentro do movimento: aborto, fé, dogmas, movimento, ideias preconcebidas, atavismos. E, logicamente, sobre laicismo como mola propulsora de um espiritismo em direção ao futuro.

Na oportunidade, Marcelo já afirmava, entre outros temas:

“Ao abandonar a postura de “seita” ou “crença”, entendem os laicos estarem abertos aos diálogos sociais e desprovidos de preconceitos. Podem interagir com qualquer filosofia presente no mundo e travar contatos com pessoas de qualquer formação ou ideologia.

Isto sem a pretensão de convencimento ou proselitismo, já que não se parte da ideia inicial de que o Espiritismo seja (ou possa ser) o futuro, o desembocar das religiões e filosofias - ou seja, uma doutrina melhor do que as outras.

O que diferencia os seres entre si não é a ‘adjetivação’ que ostentam ou o posicionamento filosófico (ou religioso) que tenham, mas os esforços para vencer as más inclinações, como está contido nos fundamentos da Doutrina, e a realização de boas obras em favor do semelhante.”

Sobre o mestre Allan Kardec, Marcelo falava na entrevista:

“O Codificador jamais pretendeu ‘institucionalizar’ a Doutrina; jamais advogou a limitação ao livre-pensar espírita, dando completa liberdade aos adeptos de entenderem os princípios espíritas de acordo com sua condição evolutiva, sem saltos.”

E sugeria:

“Que tal, então, imaginarmos que cada um de nós é parte integrante e responsável pela disseminação do conhecimento? Que tal envolver as pessoas diretamente na tarefa de perpetuação das informações de natureza espiritual?”

Em 2017, inspirado por essas ideias, Marcelo Henrique criou o grupo *Espiritismo COM Kardec*, com várias frentes de compartilhamento do autêntico espiritismo, com dialógica radical para entendimento aprofundado da Doutrina. Não poderia ser outro o tema do livro de estreia da editora do ECK, a EdECK, que começa com essa publicação, que fala de laicismo, espiritismo e democracia, trazendo o autor na sua melhor forma.

Na obra que você vai ler a seguir, Marcelo divide, com embasamento teórico e pluralidade de referências, seu conhecimento profundo sobre espiritismo; demonstra como a democracia caminha junto com a doutrina, principalmente no seu aspecto dialético, e nos apresenta, novamente, como o laicismo é o refrigerio para o entendimento de ambos os temas.

O espiritismo laico é muito mais que uma necessidade. O igrejismo e o messianismo envelheceram a doutrina apresentada por federativas, a trazer um cheiro nauseabundo de mofo. Além da metáfora, o que encontramos, hoje, em casas espíritas, em sua grande maioria, é um muro de murmúrios dogmáticos de uma única nota, em que são deixadas de lado filosofia, com embasamento científico e de consequências ético-morais.

Este livro de Marcelo Henrique é mais uma conquista de todos que enfrentam o desafio de manter o espiritismo atuante e contemporâneo.

Boa leitura

Manoel Fernandes Neto é Jornalista e membro do Conselho Gestão do ECK

RESUMO

De 1857 a 2022, a Doutrina dos Espíritos atravessou um longo percurso. Os dias atuais ainda consagram o Espiritismo como uma religião, assim considerada pela maioria de seus adeptos e simpatizantes. Kardec previu, na esteira do tempo, a superação do período religioso espírita, a partir do amadurecimento de seus praticantes, com a ênfase a questões relacionadas à filosofia e à(s) ciência(s), alcançando-se o Espiritismo Laico. O cenário social, na Idade Contemporânea, consagra a Democracia como o mais adequado modelo sócio-participativo e político. Na maturidade, se anuncia o surgimento de uma nova geração de espíritas, kardecianos, laicos e democráticos, que estarão comprometidos com a discussão teórico-filosófica e com a vivência prática, em termos individuais e coletivos, projetando e construindo a civilização futura.

PALAVRAS-CHAVE

Espiritismo. Kardec. Laicismo. Laicidade. Democracia. Movimento Espírita. Identidade.

O tripé redentor: em busca da identidade do Espiritismo

Marcelo Henrique

Diante da realidade contemporânea do movimento espírita brasileiro e internacional, o que projetar para um (breve) futuro, com a consonância entre Laicismo, Democracia e Kardec.

“É, pois, rigorosamente exato dizer que o Espiritismo é uma Ciência de observação, e não o produto da imaginação”, Allan Kardec.¹

INTRODUÇÃO

– Por que associar Laicismo, Democracia e Kardec?

A busca pela identidade de um movimento, filosofia ou associação (tomando-se esta como o núcleo de uma ideia e, neste conjunto, na acepção mais simplificada) acompanha os indivíduos em suas jornadas terrenas. Nenhuma proposta ideológica e teórica surge definitiva, pronta e acabada. Mesmo considerando a circunstância de “revelação espiritual” – como, ancestralmente, já existia na Bíblia (Antigo Testamento) e, também, em relação ao Espiritismo, a sua composição originária, a obra completa de Kardec – há o componente de vivência das ideias, materializando-as em discursos e ações.

Deste modo, não há como analisar a Doutrina dos Espíritos, seja no contexto brasileiro, seja internacionalmente, sem avaliar a(s) forma(s) pela(s) qual(is) é entendido e praticado o conjunto de informações, prescrições e teses que compõem a chamada Filosofia Espírita. Em outras palavras, em termos de teoria, é sim, o Espiritismo, o conteúdo contido

¹ Kardec, Allan. **A Gênese**. Edição conforme o texto original de Allan Kardec da 1ª Edição de 1868. Trad. Carlos de Brito Imbassahy. São Paulo: FEAL, 2008.

nas 32 (trinta e duas) obras de Kardec – ainda que seja (fosse, seria, será) possível agregar a este edifício “normativo” e filosófico, outras (novas) informações obtidas pelo intercâmbio mediúnicos, assim como a produção literária dos pensadores espíritas encarnados.

Para que tal ocorra, no entanto, isto é, para que sejam estabelecidas como “espíritas” novas proposições, é essencial que elas, de per si e no conjunto, não sejam opostas ou contraditórias aos princípios fundamentais do Espiritismo, ou seja, a própria base filosófica desta doutrina.

Cabe, então, perguntar: é possível um (novo) modelo de atuação para o Espiritismo, calcado no tripé Laicismo, Democracia e Kardec?

A partir desta premissa, nos propomos a apresentar e debater a questão da identidade necessária ao Espiritismo neste terceiro milênio, aproveitando o percurso decorrido desde o seu surgimento (1857) até os dias atuais, para permitir aos espíritas a discussão e a opção por um modelo bem diferente do que é a realidade que nos conduziu a esta terceira década do Século XXI.

É o que faremos.

ANTECEDENTES

O Espiritismo surgiu, como os espíritas sabem (ou devem saber), ainda como Espiritualismo. Como a Mediunidade é um atributo do Espírito encarnado, as ocorrências relativas ao intercâmbio entre “vivos” e “mortos” data de tempos imemoriais. É possível, no entanto, em descobertas arqueológicas e na literatura antropológica e histórica, identificar a fenomenologia mediúnica desde os primeiros agrupamentos humanos neste orbe.

Não é nossa intenção delimitar no curso tempo-espaço as ocorrências mediúnicas na História da Humanidade. Interessa-nos, apenas para referência preliminar do próprio Espiritismo, remontar a dois tipos de ocorrências registradas nos anais históricos: os fenômenos de Hydesville (Estados Unidos) e as mesas girantes (Europa, especialmente França). A residência da Família Fox e os salões de Paris podem ser assim considerados os “starts” para a delimitação conceitual (teórica) dos fenômenos da Mediunidade, sob a concepção espírita, logicamente, já que religiões, filosofias ou ciências já tinham se debruçado sobre o psiquismo humano, apresentando suas teorias, ainda que de forma parcial, limitada ou até preconceituosa e desclassificante.

Sim, porque há dogmas não só religiosos, como científicos e filosóficos, já que todas estas áreas são construções humanas e, como tal, sujeitas a arroubos, preconceitos, concepções ideológicas e intenções – respaldadas em “crenças” individuais ou de grupos.

Coube a Allan Kardec – personagem que nasce, como codinome e pseudônimo em 18 de abril de 1857 – a inteligência de, a partir da concepção dedutiva, compor toda a teoria espírita inaugural, a que chamou de Espiritismo (Doutrina dos Espíritos, Filosofia Espírita). Não há, assim, como falar de Espiritismo antes deste marco e, igualmente, não há como desvincular esta persona (Espírito, encarnado) do conjunto de sua obra. Sim, senhores, o Espiritismo é uma obra escrita a “quatro mãos”: as de Rivail-Kardec e as do Espírito que com ele dialogasse, proximamente, em uma “sessão mediúnica” ou distante dele, por meio da

remessa de uma carta (física, manuscrita) endereçada por um (ou mais) médium(ns) à sua residência-escritório.

Fica flagrante, assim, para nós – e para quem estiver convencido e desejar seguir esta concepção – que o Espiritismo é obra humano-espiritual, compreendendo a inteligência (espiritual) de Kardec, a participação subsidiária de sua esposa Amélie – principal interlocutora na “produção espírita” –, dos médiuns que participaram das sessões ocorridas na Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas e os que mantiveram, com Kardec, intercâmbio, até 1869, e os Espíritos (desencarnados) que assinaram psicografias e que mantiveram contato direto, como orientadores, com o Professor francês.

O Espiritismo e seus períodos temporais

Quando Kardec, no auge de seus embates para a legitimação do Espiritismo nascente, em solo francês, enfrenta três tipos de embates, devidamente registrados em suas obras – como, também, nos livros de História acerca da França napoleônica – quais sejam o governamental, o religioso (em dupla identidade) e científico, ele escreve uma curiosa, verdadeira e prospectiva dissertação, na “Revue Spirite”.

Intitulada “Período de Luta”, Kardec esquadrinha, para trás e para frente, a cronologia dos fatos e da História do Espiritismo, para estabelecer, sequencialmente, os seguintes períodos pelos quais a Filosofia Espírita passaria: Curiosidade, Filosófico, De Luta, Religioso, Intermediário e Regeneração Social. Remetemos o leitor ao texto original, contido no exemplar de Dezembro de 1863, com o título já referido, para lembrar (ou conhecer) a antevisão de Rivail-Kardec para a delimitação da sequência de fatos e de contextos que identificam a trajetória do Espiritismo.

Vale resgatar o seu pensamento²:

A luta determinará uma nova fase do Espiritismo e levará ao quarto período, que será o período religioso. Depois virá o quinto, o período intermediário, consequência natural do precedente e que, mais tarde, receberá sua denominação característica. O sexto e último período será o da renovação social, que abrirá a era do século vinte.

² Kardec, Allan. **Revue Spirite**. Revista Espírita: Jornal de Estudos Psicológicos. Dezembro. 1863. Trad. Salvador Gentile. São Paulo: IDE, 1999.

Kardec, assim, como visto, tinha a expectativa, em face do curso progressivo de difusão das ideias espíritas pelo mundo, que nas primeiras décadas do Século XX, a Humanidade poderia estar vivenciando o citado “período intermediário” para a condução das sociedades ao estágio regenerativo. Tal não ocorreu e, ainda, a situação do orbe se viu agravada com a eclosão das duas grandes guerras, atrasando sobremaneira a sequência histórica.

Eis que, então, hoje ainda (2022) estamos imersos na “fase religiosa” do Espiritismo, assim bem descrita por ARRIBAS (2008)³:

a reivindicação do caráter *religioso* do espiritismo durante a primeira República representava a escolha de uma via de legitimação social baseada no amparo legal. Ou até mais do que isso. Apresentá-lo como uma religião era visto como uma solução portadora de uma segurança legal que era sentida como premente para a existência do movimento espírita em chão brasileiro. [...] Esse processo de “religiosificação” do espiritismo (com perdão do tosco mas necessário neologismo) não consistia simplesmente na explicitação de uma forma possível, ensejada por seu sistema conceitual, de definir aquele conjunto de práticas e concepções: foi o meio concreto pelo qual uma possível interpretação pôde ser aceita como ortodoxa e hegemônica por aqueles a quem cabia aceitá-la (marcações da autora).

O Espiritismo “à moda brasileira”, assim, a partir dos embates ocorridos no início do século passado, entre dois grupos que disputavam, entre si, a hegemonia na estruturação do “movimento espírita” no Brasil – científicos x místicos – resultou na configuração da (hoje) Federação Espírita Brasileira, desde os seus albores, como uma instituição religiosa – e com ênfase ao (depois bem estruturado) modelo, inclusive com substrato em “revelações” mediúnicas, na forma de um triângulo, concebendo, destarte, o “tríplice aspecto” do Espiritismo: Ciência, Filosofia e Religião.

É de se registrar a inteligência dos homens que conceberam esta “guinada” da Doutrina (e do Movimento) Espírita. Durante o curso do tempo, conceberam alguns dísticos, a saber: “Deus, Cristo e Caridade”, “Ciência, Filosofia e Religião” (já citado) e “Trabalho, Solidariedade e Tolerância”, estampando-os em documentos, na(s) (duas) sede(s) da própria Federação e em seu veículo oficial – vigente até os presentes dias – a revista “Reformador”.

Mais que isso: todo o trabalho espírita, a partir do Estatuto Social e de “orientações”, “regimentos”, “apostilas”, “cursos”, “livros”, “opúsculos”, passou a ser orientado, dirigido e prescrito como um doutrina trina, sem ser possível descuidar de nenhum dos três “aspectos”.

³ ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, Espiritismo é religião?**: a doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação. São Paulo: USP, 2008.

Isto é essencial para a compreensão do “status”, do cenário e da prospecção para o futuro que estamos construindo em relação ao Espiritismo.

Os embates entre os espíritas

Ainda que de modo indireto, aquela divergência original na definição da estrutura organizadora central do Espiritismo em solo brasileiro, entre os já citados “místicos” (religiosos) e os científicos (não-religiosos), permaneceu e permanece até os dias atuais. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, por exemplo, era muito comum ouvir-se, dos espíritas “federados” (isto é, os que participavam de instituições federativas, nos Estados e no Distrito Federal, alinhados ou filiados à Federação Espírita Brasileira) a expressão “movimento paralelo” – identificação pejorativa para todos aqueles que defendessem (ou praticassem) um Espiritismo diferente do que era patrocinado por tais entidades e que, é claro, fugisse do formato trino advogado por elas.

Merece destaque, neste contexto, a fundação, em 1946, da Confederação Espírita Pan-Americana (CEPA) – hoje, CEPA Associação Espírita Internacional – entidade que manteve com a FEB uma relação direta de convívio, intercâmbio e participação, da federativa brasileira, nos eventos da CEPA, durante muitas décadas, até os anos 1990. Convivência amistosa e participativa, portanto, inclusive após o “cultuado” Pacto Áureo (assinado, por diversas federativas espíritas estaduais, em 1949), que resultou da conhecida e propalada Unificação, e praticamente determinou o rumo para o movimento espírita brasileiro⁴.

Assim sendo, o que relatamos acima como vivência e ambiência, nas citadas décadas, repercute até hoje e é o elemento signatário da existência de, pelo menos, dois modelos de entendimento e prática da Doutrina dos Espíritos (em solo brasileiro e, por extensão, em outras partes do mundo).

Por conseguinte, situando nossa visão e análise para o contexto desta terceira década do Século XXI, sobretudo no amplo e diversificado campo das redes sociais – que amplificaram ao infinito as possibilidades de convivência e diálogo (nem sempre fraterno e moderado, é verdade) entre os espíritas e, com isso, aproximaram os espíritas entre si, tanto em termos das “proximidades” quanto dos “distanciamentos”, sem ser contraditório, uma

⁴ Para conhecer mais sobre a convivência entre a FEB e a CEPA: **CEPA no Brasil**, disponível em <www.cepabrasil.org.br/portal/institucional-cepa/169-cepa-no-brasil>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

vez que a perspectiva do conhecer (uns aos outros) e travar contatos e diálogos promove, ao mesmo tempo, dois resultados bastante consideráveis.

O primeiro, o do antagonismo, quando uns e outros erigem muros intransponíveis entre si, calcados nas próprias visões acerca do Espiritismo. Na prática, os que “enxergam” o Espiritismo como uma religião – a ponto de, no presente momento de a sociedade brasileira responder ao censo demográfico, os espíritas afirmarem-se como tendo a religião espírita – se anatematizam com os que, por seu lado, “enxergam” como não-religião. Em regra, estes últimos se afirmam em maioria como espíritas laicos, mas há alguns que não desejam estar identificados nem como religiosos nem como laicos. E esta questão será vista adiante.

O segundo, o da própria convivência, dos que até então só conheciam “uma forma de ver” o Espiritismo (o trino), adotando, para si, a ideia de terem uma religião, a espírita (ainda que tal seria, apenas, filosófica, como muitos a “defendem”, lembrando e citando o discurso de Kardec na “Sessão Anual Comemorativa dos Mortos”, inserto na “Revue Spirite” de dezembro de 1868, cujo título é “O Espiritismo é uma religião?”). Quando, então, pela participação de tais pessoas em grupos nas redes sociais, passam a conhecer este “outro modo” de entendimento acerca da Doutrina dos Espíritos, acabam se interessando pelas ideias e pelos debates em torno da ideia de “não ser, o Espiritismo, uma religião”, em nenhuma circunstância.

Ainda assim, quando se tem espíritas que se identificam como “não-religiosos” e que não entendem haver um “aspecto religioso” no Espiritismo, isto por si só é motivo para discussão e, não raro, tentativas de convencimento, em que os religiosos desejam que todos pensem identicamente, assim como, para alguns que não se situam neste segmento majoritário, também exista a aspiração de convencer os outros, opostos, do contrário.

Como se isto não bastasse, neste “caldo cultural e social” foram colocados outros ingredientes, como veremos adiante.

OS ÚLTIMOS ANOS NO BRASIL

Os ambientes ditos espíritas, no Brasil – e, penso, também em outras partes do mundo em que existam associações espiritistas – sempre se caracterizaram pelo pacifismo. Mesmo diante de embates entre pessoas e grupos, na condução das atividades associativas e, em especial, quando das eleições periódicas nestes organismos, as premissas contidas no ideário espírita tendem a afastar embates mais efusivos e a violência comum à espécie humana, em outras ambiências.

A premissa da caridade, associada nos textos, em especial, de “O evangelho segundo o Espiritismo”, às recomendações acerca de “benevolência para com todos, indulgência para as imperfeições alheias, perdão das ofensas” (que é o conceito de caridade como a entendia Jesus de Nazaré, ao teor do item 886, de “O livro dos Espíritos”), em regra inspira os comportamentos em instituições e grupos espíritas, de modo a evitar maiores dissabores e contendas.

Há quem diga, no entanto, que a aparente paz vigente seja semelhante a uma água do fundo de um poço, que não se movimenta, não cria (cocria), não acrescenta, não permite a oxigenação das ideias – salutar a qualquer movimento, filosofia ou agrupamento entre pares – e, por isso, há uma certa leniência permissiva da parte dos adeptos do Espiritismo ao “não-debate”. Curioso é que, originariamente, Kardec jamais se furtou a qualquer debate, com espíritas e não-espíritas.

No Brasil, desde o seu surgimento e por todo o Século XX, no contexto de instituições e grupos espíritas, a tônica sempre foi a de “neutralidade” e postura apolítica. Ainda que os espíritas tivessem tido (e ainda tenham) representantes no Executivo e Legislativo, seja por concorrerem a cargos eletivos, seja por atuarem como auxiliares de agentes políticos

(Prefeitos, Governadores, Presidentes, Vereadores, Deputados, Senadores), ou terem atuação em partidos políticos, pela liberdade de associação e filiação, os debates eleitorais sempre ficaram equidistantes da atuação cotidiana dos espíritas em suas frentes. Inclusive pela adoção de orientações e documentos federativos.

Todavia, os últimos anos de quem vive no Brasil e participa de entidades espíritas, patrocinaram um diferencial significativo em relação a esta “rotina” e a tais “prescrições”, com uma evidente e presente polarização político-eleitoral, envolvendo os espíritas em dois lados destacados. E isto desembocou, é claro, no panorama vivido nas eleições brasileiras de 2022, em face da existência de duas candidaturas totalmente antagônicas, em termos de princípios, valores e ações, que disputaram entre si o cargo de Presidente da República. Assim sendo, os debates político-sociais e político-eleitorais também foram ambientados entre os espíritas, tanto nas redes sociais quanto, conforme relatos de inúmeras pessoas, em muitas instituições associativas.

Esta é, entendemos, a premissa fundamental para tratar dos três eixos propostos pelo “Espiritismo COM Kardec – ECK”, para tratar de Laicismo, Democracia e Kardec.

O LAICISMO

Antes de conceituar o Laicismo⁵, é necessário entender a extensão da expressão laico. Laico (do latim “laicus” e do grego “laikós”) simboliza aquilo que se opõe ao religioso, no sentido clerical (CATROGA, 2006). De laico, leigo, vem a expressão Laicidade, fenômeno que é político, e não religioso, porque deriva do Estado e não das religiões. Dizer-se que o Estado é laico significa dizer que, na contemporaneidade, os poderes políticos não guardam qualquer relação com as corporações religiosas, posto que, no passado, em vários países, inexistia separação entre Estado e Igreja. Daí a oposição.

A Laicidade possui, então, um caráter restritivo (negativo), justamente porque se exclui pela Lei (no caso brasileiro, pela Constituição Federal) a religião da esfera pública, implicando a decorrente neutralidade estatal em matéria religiosa e, por conseguinte, de sua imparcialidade em relação às questões religiosas.

Sua origem⁶, enquanto termo, ocorreu no Século XIX, quando o conselho geral de Seine (França) decidiu pela adoção do ensino laico, não confessional e sem instrução religiosa (BLANCARTE, 2000), manifesta na luta⁷, neste cenário, contra os obscurantismos religiosos (BRÉCHON, 1995). Não é por acaso que, em termos político-sociais e em questões espirituais, o Espiritismo também tenha surgido no mesmo espaço-tempo que a laicidade, registremos.

⁵ CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores**: secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2006.

⁶ BLANCARTE, Roberto J. (org.). **Laicidad y valores en un Estado Democrático**. México: El Colegio de México, 2000

⁷ BRÉCHON, Pierre. **Institution de la laïcité et déchristianisation de la société française**. Paris: Open Edition Journals, 1995. Edição Eletrônica

Entende-se por Laicismo (Mateus, 2022)

um *princípio*, uma *ideologia* de matriz claramente humanista que, ao valorizar as dimensões mais universais do ser humano, entendido na sua individualidade plural, tem um sentido contrário ao *etnicismo* ou, melhor, aos *etnicismos* – *regionalismos*, *nacionalismos*, etc. – que, acima de tudo, valorizam as diferenças e os particularismos por que se podem afirmar os diferentes grupos humanos⁸.

O conceito acima apresentado, assim, não deve ser interpretado apenas no sentido que foi colocado na ambiência francesa do Século XIX, para as questões educacionais – vide apontamento antes colocado – mas para enquadrar a impossibilidade (desejável) de adotar particularismos para a atuação social, como se dá, no caso do Espiritismo brasileiro (e mundial), em termos majoritários, com a adoção da religião espírita.

Vale dizer, ainda que apenas exemplificativamente, que a Constituição Brasileira vigente (1988), estabelece em seu artigo 19, a vedação aos entes públicos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para atuarem no sentido de estabelecer cultos religiosos ou igrejas, conceder-lhes subvenções (auxílios financeiros) ou embaraçar-lhes o funcionamento, e, ainda, manter com tais instituições ou seus representantes relações de dependência ou aliança, permitindo-se, tão-somente, a atuação em colaboração, entre Estado e Igrejas (ou Cultos), visando o interesse público.

De qualquer modo, encerrando esse subtema, o que se pretende com a proposta espírita laica (Espiritismo laico, ou não-religioso) é a que não esteja vinculada a nenhuma conformação religiosa (nem cristã, como atualmente, nem qualquer outra), num cenário espiritualista de convivência de todas as possíveis culturas, o que representaria a Laicidade espírita, já que, conforme visto em várias sociedades, na atualidade, a proposta do Laicismo tem simbolizado uma organização de resistência contra a religião, na prática uma igreja contra as demais igrejas, como asseverou Bobbio (1999)⁹.

Portanto, se adotarmos, na esfera espírita, o Laicismo como se conhece mundo afora, teremos uma posição agressiva – por parte dos espíritas signatários – justamente porque se tentará extirpar ou erradicar da vida social – e da chamada “vida espírita”, seja a individual

⁸ MATEUS, Luiz M. Laicismo e Laicidade. República e Laicidade: organização cívica. Portugal, 2022. Disponível em <www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/12/lmm-2006-10.pdf>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

⁹ BOBBIO, Norberto. *Cultura laica y laicismo*. *Ivivia: pensamiento crítico y cristianismo*. N. 222. Valência: *Iglesia Viva*, 2005.

seja a coletiva – a religião. E isto não é nem necessário, nem oportuno, tampouco justificável, inclusive se considerarmos a premissa espírita de que cada um vivencia suas preferências, na roupagem física e, por conseguinte, há os que ainda “precisam” da religião enquanto vivência, prática e ideologia.

O que se objetiva, ao cunhar o Espiritismo Laico (veja que não usamos o Laicismo Espírita nem o Espiritismo Laicista) é estabelecer um projeto doutrinário – e, por consequência, civilizatório – em que as diversas esferas sociais e os conglomerados humanos, associativos, estejam em posição autônoma, emancipada e liberta da religião (e de seus derivados controles).

O Laicismo Espírita, ou a visão laica do Espiritismo é sim, oposta à do (majoritário) Espiritismo religioso, praticado no Brasil e em praticamente todos os lugares em que existem indivíduos e associações espíritas. A Laicidade Espírita, do contrário, consegue e conseguirá conviver com este polo majoritário, na dialética, na dialógica e até na colaboração ou coparticipação em atividades cujo objetivo maior seja a realização de debates sobre o Espiritismo (sua teoria e sua prática). E, obviamente, sem a tentativa (comum) de superposição de um sobre o outro, nem a aniquilação dos diferentes.

Será isso possível, um dia?

A DEMOCRACIA

Entende-se, com substrato na organização da Grécia antiga, a democracia como o governo ideal, em que há liberdade e garantia do direito de escolha de representantes populares, segundo o sufrágio universal. Evidentemente que, da perspectiva originária grega aos cenários vigentes nos países do Século XXI, muitos avanços e aperfeiçoamentos do modelo foram conquistados. Contudo, a inspiração remonta àquela civilização primitiva, que já apontava e comprovava a presença de Espíritos mais adiantados para propor, mesmo diante das limitações conjunturais, um caminho progressivo para o Direito de indivíduos e coletividades.

Ainda ecoa em nosso íntimo, a primeira definição de Democracia egressa dos bancos escolares iniciais: “governo do povo, pelo povo e para o povo”, colocando a sociedade na primazia da definição de seus representantes e na escolha das políticas governamentais, sob modalidades diversas.

Para Bobbio (1986), conceituando democracia ou o regime democrático, “o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo”. O autor apresenta [10], como ele mesmo apregoa, uma

definição mínima de democracia, segundo a qual por regime democrático se entende primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a **participação mais ampla possível** dos interessados” (grifamos).

Ele mesmo complementa (1986)¹⁰:

A regra fundamental da democracia é a regra da maioria, ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas – e, portanto, vinculatórias para todo o grupo – as decisões aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão. [...]

No entanto, mesmo para uma definição mínima de democracia, como é a que aceito, não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento

¹⁰ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

como a da maioria [...]. É indispensável uma terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em **condição de poder escolher entre uma e outra**. Para que realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. segundo a qual por regime democrático se entende primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a **participação mais ampla possível** dos interessados” (grifamos).

Ora, então, a democracia se não é o modelo perfeito, para um orbe mais adiantado – tendo como referência que a Lei do Progresso irá propiciar a existência de Espíritos mais adiantados e, por consequência, suas coletividades irão prever e executar sistemas mais acurados e aperfeiçoados – para o padrão de Provas e Expiacões, entendemos que seja um dos mais desenvolvidos.

De maneira um pouco distinta – ainda que se espelhando nas configurações de poder político estudadas pelos gregos, originariamente – Kardec em um escrito “recuperado” após a sua morte e inserido em “Obras Póstumas” entende que a Aristocracia (e não a Democracia) seria a mais adequada para o plano físico¹¹ :

Aristocracia vem do grego *aristos*, o melhor, e *kratos*, poder. Aristocracia, pois, em sua acepção literal, significa: *poder dos melhores*. Há-se de convir em que o sentido primitivo tem sido por vezes singularmente deturpado; mas, vejamos que influência o Espiritismo pode exercer na sua aplicação. [...]

Em nenhum tempo, nem no seio de nenhum povo, os homens, em sociedade, hão podido prescindir de chefes; com estes deparamos nas tribos mais selvagens. Decorre isto de que, em razão da diversidade das aptidões e dos caracteres inerentes à espécie humana, há por toda parte homens incapazes, que precisam ser dirigidos, homens fracos que reclamam proteção, paixões que exigem repressão. Daí a necessidade imperiosa de uma autoridade. É sabido que, nas sociedades primitivas, essa autoridade foi conferida aos chefes de família, aos antigos, aos anciãos; numa palavra: aos patriarcas. Essa a primeira de todas as aristocracias.

Então, após discorrer sobre alguns elementos e circunstâncias relacionadas à aristocracia, Kardec conclui:

A inteligência nem sempre constitui penhor de moralidade e o homem mais inteligente pode fazer péssimo uso de suas faculdades. Doutro lado, a moralidade, isolada, pode, muita vez, ser incapaz. A reunião dessas duas faculdades, *inteligência* e *moralidade*, é, pois, necessária a criar uma preponderância legítima, a que a massa se submeterá cegamente, porque lhe inspirará plena confiança, pelas suas luzes e pela sua justiça.

Será essa a última aristocracia, a que se apresentará como consequência, ou, antes, como sinal do advento do reinado do bem na Terra. Ela se erguerá muito naturalmente pela força mesma

¹¹ Kardec, Allan. **Obras Póstumas**. Trad. Guillon Ribeiro. 20. Ed. Rio de Janeiro: FEB, 1984.

das coisas. Quando os homens de tal categoria forem bastante numerosos para formarem uma maioria imponente, a massa lhes confiará seus interesses.

Como vimos, todas as aristocracias tiveram sua razão de ser; nasceram do estado da Humanidade; assim há de acontecer com o que se tornará uma necessidade. Todas preencheram ou preencherão seu tempo, conforme os países, porque nenhuma teve por base o princípio moral; só este princípio pode constituir uma supremacia durável, porque terá a animá-la sentimentos de justiça e caridade. A essa aristocracia chamaremos: *aristocracia intelecto-moral*.

O delineamento dado pelo Professor francês, assim, dá conta da proeminência e ascendência dos seres mais despertos, à frente das coletividades, na condução dos destinos sociais. De fato, como decorrência natural, é razoável supor que em decorrência da caminhada progressiva, os mais aptos se disponham a atuar com desprendimento, ética, profissionalismo e especialidade nas tarefas relativas aos Governos. E aponta para um tempo futuro, indefinido.

Neste tempo, por extensão, os governados saberão perceber, entre os candidatos possíveis, aqueles mais aptos para a realização de tais misteres. Cabe, aqui, a lembrança da advertência fraternal das Inteligências Invisíveis a Kardec, em resposta ao item 932, de “O livro dos Espíritos”, acerca da ascendência dos bons sobre os maus: “[...] quando quiserem, assumirão a preponderância”, salientando que, naquele momento – e, também, ainda na contemporaneidade – os bons seriam tímidos e os maus, audaciosos e intrigantes¹².

Enquanto isto não ocorre... Voltemos ao Século XXI e ao Brasil.

É preciso lembrar que, durante os quatro últimos anos, com a ascensão ao poder – ainda que legitimamente, pelo sufrágio popular, em eleições “limpas”, isto é, democráticas e escorreitas, do ponto de vista da legalidade e constitucionalidade – de um grupo político de extrema direita, com nítido viés e fundamentação religiosa (Neopentecostalismo), cujo slogan de campanha e de gestão era “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, a Democracia se viu ameaçada pela evidência dada a uma interpretação religiosa sobre as demais, notadamente a religião do Presidente da República.

Neste diapasão e cenário, tem-se a oportuna descrição de Lionço (2017), para quem o país esteve sujeito à “incidência do discurso religioso de viés fundamentalista e antidemocrático no atual cenário político brasileiro” [13].

¹² Kardec, Allan. **O livro dos Espíritos**. Conclusão. Item VII. Trad. J. Herculano Pires. 64. Ed. São Paulo: LAKE, 2004.

Tristes tempos. Cenário em que o verniz do discurso de ocasião, com forte apelo religioso-cristão, no diapasão do Neopentecostalismo, atraiu muitos desesperançados, na expectativa de que o país pudesse erradicar algumas de suas chagas políticas tradicionais. Em paralelo, também, o discurso “moralizador” (ética, combate à corrupção) ocupou espaço e destaque na campanha eleitoral de 2017 – e se repetiu, ainda que de forma tacanha, em face dos quatro anos de governo, ausentes aquelas premissas ou bandeiras – para supostamente indicar que haveria o combate aos crimes e a “limpeza” político-administrativa.

O que se viu, também, foi a predominância daquele matiz religioso, como a expressar claramente que, sob o império de dada moral religiosa, todos haveriam de se conformar e concordar. Não foram poucos as falas, os posicionamentos, os discursos e as agressões a outros credos ou filosofias. Desrespeito à pluralidade e à liberdade de crença, de convicção, de pensamento e de expressão, elementos consagrados na Constituição da República e na evolução do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Voltando a Lionço (2017), no sentido oposto à práxis vigente entre 2018 e 2022, “A laicidade é um princípio fundamental para a garantia da ética democrática, pois promove o reconhecimento e proteção da diversidade social, moral, cultural e religiosa de uma sociedade”, graças à liberdade de cada indivíduo e das coletividades (associações) em termos de consciência e expressão, elementos que são consagradamente garantidores da dignidade humana, no contexto das nações na Terra¹³.

Aqui é importante destacar a relação entre Democracia e Laicidade porque, analisando o curso da História, no âmbito de diversos povos e Estados, sempre que a autoridade estatal e dos governantes se baseou em verdade(s) religiosa(s), era impossível a contestação, a oposição ou o dissenso, e muitos pagaram o preço de se virem privados da liberdade e da própria existência, por discordarem do despotismo estatal com fundamento religioso.

E, no curso dos atos políticos e sociais que foram desencadeados no período de 2018 a 2022, no Brasil, e a perspectiva da reeleição do grupo que exerceu o poder neste intervalo

¹³ LIONÇO, Tatiana. **Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil**. Psicologia: ciência e profissão. N. 37. Brasília: UnB, 2017.

de quatro anos, poder-se-ia estar diante de, mais uma vez na realidade humana, um cenário para a imposição de políticas baseadas na fé do governante e da “maioria” que o elegeu. Maioria apenas do ponto de vista eleitoral, em 2017, frise-se.

No bojo e no âmago de todo um discurso e de uma série de ações político-governamentais (relembre-se, por exemplo, a fala do então Chefe de Estado brasileiro, de que nomearia, para a Suprema Corte Brasileira, um “ministro terrivelmente evangélico”, entre outros arroubos durante a sua gestão), a ameaça de que, sob o argumento da “moralização da política”, uma lógica de salvacionismo da nação brasileira estaria alicerçada sobre valores religiosos (parciais, porque derivados da interpretação de apenas uma corrente, se considerarmos a base axiológica comum, o Cristianismo).

O que dizer, então, dos não-cristãos? E acerca dos agnósticos? E sobre os ateus? E, ainda assim, dentro dos cristãos, os seguidores de diferentes igrejas, templos ou filosofias? Como ficariam, todos estes, na ambiência estatal submetida a valores neopentecostais, que iriam se refletir nos atos e políticas de Governo, nas expressões do Estado perante a comunidade interna e internacional, na expedição de leis e demais atos normativos, no julgamento de matérias pela Suprema Corte? Como esperar imparcialidade e condução em termos de juridicidade e legalidade a partir destas (equivocadas e transversas) premissas?

E, também, o que dizer dos espíritas (religiosos, ditos cristãos), assim como dos que se vinculam às religiões espiritualistas de matiz africana, que também sofrem com o preconceito em relação às suas práticas, e que são desrespeitados, com agressões a suas sedes ou atividades? Como esperar as garantias jurídico-legais para as atividades de livre convicção e expressão, diante de um quadro (hipotético, mas possível, àqueles dias, e de risco real, na convivência dos dias atuais e futuros) de predominância de uma vertente religiosa sobre as demais e sobre as filosofias espiritualistas?

Faço um pequeno parênteses para dizer que muitos dos espíritas, participantes de instituições ou grupos, presenciais ou virtuais, manifestaram seu “voto” e “apoio” no então Presidente da República (e candidato derrotado no pleito eleitoral de 2022), para além de todos os seus arroubos e atos totalmente contrários aos princípios espíritas, no exercício do *mandamus* de Chefe de Estado e Chefe de Governo, também endossando este

comportamento e estas intenções de tornar o Brasil, quem sabe, a seu talante, um “país terrivelmente evangélico”.

Felizmente, tal não ocorreu. Com a união de forças – até então, antagônicas – e a celebração de uma aliança de partidos políticos, no segundo turno das eleições, se propiciou a erradicação da política de extrema-direita e a interrupção da agenda política neopentecostal em solo brasileiro, evitando-se qualquer retrocesso em termos de laicidade do Estado, de respeito ao direito de opinião e de expressão de opiniões, como deve ser em um país plural e democrático.

É por isso – e muito mais – que um segmento importante do meio espírita tem se manifestado, em artigos e *lives*, no sentido da participação política ativa dos espíritas. Especialmente através dos coletivos espíritas – que se disseminaram e ganharam relevância por meio das redes sociais, a partir do cenário pandêmico que o planeta experimentou (e ainda experimenta, é verdade) – muitas foram as vozes defendendo tal engajamento e a associação entre os conceitos de Política, Democracia e Espiritismo.

Em especial o “Espiritismo COM Kardec – ECK” perfilou-se nesta vanguarda. Em Agosto de 2021, o periódico oficial do grupo, a Revista Espírita Eletrônica Harmonia, dedicou uma edição inteira para as relações entre Espiritismo e Política, com um Editorial e sete artigos. Num desses artigos, Nelson Santos afirmou ¹⁴:

Portanto, o espírita, como ser social, deve participar e influenciar na sociedade, procurando levar às instituições que a estruturam os valores e normas éticas do Espiritismo. Isto é, em essência, uma participação política, para objetivar, sobretudo, o bem comum.

Assim, associados os conceitos de Laicismo e Democracia e Kardec, podemos delimitar os avanços possíveis para os espíritas que, a partir de 2023, estejam envolvidos em atividades presenciais e virtuais, correlacionadas à Doutrina dos Espíritos, no debate salutar destas e muitas outras questões e, também, para a necessária atuação na Sociedade, como coagentes transformadores.

¹⁴ SANTOS, Nelson. A imersão política na essência ética. Revista Espírita Eletrônica Harmonia. Agosto, 2021. Disponível em <www.comkardec.net.br/a-imersao-politica-na-essencia-etica-por-nelson-santos/>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

O PRESENTE E O FUTURO QUE VIRÁ

Necessário aquilatar o panorama do presente, em termos de movimento espírita. Se, tradicionalmente e no curso do século passado, as instituições espíritas se destacaram no viés assistencial e na categoria de “igrejas cristãs” (ainda que sem se valerem dos aparatos e elementos contidos em suas congêneres, em termos de estruturas e práticas), o cenário atual mostra que, cada vez mais, os frequentadores das instituições presenciais e os participantes de redes sociais espíritas não se declaram como “espíritas” e nem se assumem, no componente de identificação de “religião”, o rótulo “espírita”.

Seguem, assim, frequentando centros, grupos e redes espíritas, ao mesmo tempo em que comparecem a templos e igrejas ou participam de grupos virtuais vinculados a outras religiões. Transitam, assim, entre duas ou mais “religiões” (crenças, filosofias, igrejas) com tranquilidade e familiaridade, sem a obrigação de terem de escolher uma delas. Isto tem permitido ao “meio espírita” angariar um público maior e mais diversificado, mesmo que, em termos estatísticos, a parcela dos que se dizem espíritas, tenha um incremento significativo em termos de percentuais.

Foi e é, marcadamente, esse componente “religioso” o maior atrativo para a presença, frequência e permanência de parcela considerável de pessoas no cenário espírita. Os “fiéis” vêm, sim, em busca dos mesmos elementos que os fazem frequentar outros locais religiosos, como a oração, a bênção, a homilia, a confissão, o canto e a proteção, simbolizados, no centro espírita pela prece, o passe, a palestra, o atendimento fraterno, a música e o amparo espiritual.

Neste sentido e neste aparato complexo, as instituições espíritas acabam colaborando decisivamente para que as pessoas enxerguem, nas atividades espíritas, o mesmo sentido e alcance das atividades realizadas em templos ou igrejas. E outro elemento importante a destacar é, também, a forma pela qual os trabalhadores (médiums,

palestrantes, atendentes, dirigentes) entendem o sentido das próprias atividades, baseados em suas próprias crenças e modos de vivência de suas religiosidades íntimas.

Assim, mesmo que dado grupo de participantes de uma dada instituição, ou a instituição como um todo, a partir de decisões dos seus dirigentes, resolvam adotar um “formato” menos religioso para a instituição, resignificando práticas e atividades, assim como explicitando, nas reuniões públicas (palestras e estudos) uma visão diferente da tradicional (religião espírita), o resultado, na prática será a diminuição considerável, tanto de frequentadores quanto de colaboradores e membros (associados).

Este, então, se configura num problema de difícil solução, em termos de quantidade de público e de participantes engajados, já que com a mudança de ambiente religioso para ambiente laico, haverá uma redução bastante significativa de presentes, o que poderá representar, a médio e longo prazos, na existência de grupos diminutos (e sem renovação, praticamente) e até no fechamento (dissolução da associação civil). Este é e será sempre um fator a ser considerado por parte daqueles que pretendam, de fato, manter uma associação espírita laica – isto é, sem qualquer vestígio da anterior condição de “igreja espírita”.

Vale dizer, também, que uma instituição que não mais adote a configuração de uma religião (igreja ou templo de qualquer natureza) se verá privada de valer-se de benesses legais e, principalmente, tributárias, como a imunidade em relação a impostos (que incidem, em maior proporção) sobre os imóveis de propriedade da associação civil espírita. E nem todos estão dispostos a arcar com o ônus de, anualmente, pagar, por exemplo, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de sua sede (centro espírita).

Assim sendo, ainda que muitos continuem preferindo a formatação religiosa, há que se investir numa nova configuração para grupos e instituições espíritas, a partir do paradigma da laicidade.

Voltando a Kardec, é preciso relembrar que, para ele – e para nós, que assim entendemos – vale esta premissa: “O Espiritismo se apresenta sob três aspectos diferentes: o das manifestações, o dos princípios da filosofia e moral que delas decorrem e o da aplicação desses princípios”¹⁵.

¹⁵ Kardec, Allan. **O livro dos Espíritos**. Conclusão. Item VII. Trad. J. Herculano Pires. 64. Ed. São Paulo: LAKE, 2004.

Então, o desafio do nosso tempo é o da disponibilização real e permanente de espaços em que, mesmo respeitada, como premissa fundamental, a liberdade de convicção quanto à religiosidade (íntima e pessoal), se invista em atividades, reuniões e na produção espírita em que os elementos Laicismo, Democracia e Kardec sejam inafastáveis, produzindo uma nova geração de espíritas, comprometidos com a discussão teórico-filosófica e com a vivência prática, em termos individuais e coletivos, projetando e construindo a civilização futura.

Resta saber se estaremos conscientes, dispostos e proativos para tal tarefa. O tempo dirá.

Notas gerais:

[1] Kardec, Allan. **A Gênese**. Edição conforme o texto original de Allan Kardec da 1ª Edição de 1868. Trad. Carlos de Brito Imbassahy. São Paulo: FEAL, 2008.

[2] Kardec, Allan. **Revue Spirite**. Revista Espírita: Jornal de Estudos Psicológicos. Dezembro. 1863. Trad. Salvador Gentile. São Paulo: IDE, 1999.

[3] ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, Espiritismo é religião?**: a doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação. São Paulo: USP, 2008.

[4] Para conhecer mais sobre a convivência entre a FEB e a CEPA: **CEPA no Brasil**, disponível em <www.cepabrasil.org.br/portal/institucional-cepa/169-cepa-no-brasil>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

[5] CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores**: secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2006.

[6] BLANCARTE, Roberto J. (org.). **Laicidad y valores en un Estado Democrático**. México: *El Colegio de México*, 2000.

[7] BRÉCHON, Pierre. **Institution de la laïcité et déchristianisation de la société française**. Paris: *Open Edition Journals*, 1995. Edição Eletrônica.

[8] MATEUS, Luiz M. Laicismo e Laicidade. República e Laicidade: organização cívica. Portugal, 2022. Disponível em <www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/12/lmm-2006-10.pdf>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

[9] BOBBIO, Norberto. **Cultura laica y laicismo**. *Ivivia: pensamento crítico y cristianismo*. N. 222. Valência: *Iglesia Viva*, 2005.

[10] BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

[11] Kardec, Allan. **Obras Póstumas**. Trad. Guillon Ribeiro. 20. Ed. Rio de Janeiro: FEB, 1984.

[12] Kardec, Allan. **O livro dos Espíritos**. Conclusão. Item VII. Trad. J. Herculano Pires. 64. Ed. São Paulo: LAKE, 2004.

[13] LIONÇO, Tatiana. **Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil**. Psicologia: ciência e profissão. N. 37. Brasília: UnB, 2017.

[14] SANTOS, Nelson. A imersão política na essência ética. Revista Espírita Eletrônica Harmonia. Agosto, 2021. Disponível em <www.comkardec.net.br/a-imersao-politica-na-essencia-etica-por-nelson-santos/>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.